

👉 A Corrupção Arde Mais do que as Florestas

Publicado em 2025-10-23 10:40:29



A Máquina da Emergência: Quando o Estado Treme No Meio dos Fogos

Box de Factos:

– Em 23 Out. 2025, o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) iniciou a Operação Obsequiam com buscas nas instalações da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), empresas e residências — por suspeitas de contratação pública de equipamentos de combate a

incêndios.³

– Foram identificados indícios de “favorecimento ilegal de concorrente” entre 2015 e 2023, no âmbito de fornecimento de equipamento de proteção individual, com prejuízo para o Estado.⁴

– Em Maio de 2025, a Operação Torre de Controlo investigou a contratação de meios aéreos de combate a incêndios (≈100 M€) por suspeitas de cartelização entre empresas do setor.⁶

Enquanto as chamas devoram florestas, montes e aldeias, outra chama acende-se na penumbra — a chama da dúvida, da ganância, do Estado que se dobra antes de proteger. Portugal arde e a máquina da emergência treme — não só com o fogo, mas com o peso das próprias contradições.

Uma autoridade criada para coordenar e proteger — a ANEPC — está agora no centro de uma investigação que sugere que os fogos podem ser, também, o palco de negócios obscuros. Quando o risco se torna oportunidade, e a urgência serve de atalho à transparência, o Estado que deveria socorrer transforma-se em cliente vulnerável.

A Urgência que Cega a Auditoria

O fogo não espera pelo concurso público com trâmites demorados — e é nessa pressa que muitos negócios se fazem. Mas a urgência não pode servir de escudo para o oportunismo. Quando se exige eficácia imediata ao

aparelho de proteção civil, o custo desse “logo já” tem de ser monitorizado — e não quando o prejuízo já está feito.

Os indícios revelam que, entre 2015 e 2023, concursos para equipamento de combate a incêndios conheceram práticas que favorecem concorrentes específicos, dificultando a livre concorrência e inflacionando custos. É um padrão que se repete: meios públicos limitados, contratos moldados, fornecedores privilegiados.

“Quando a emergência vira mercado, o contribuinte deixa de ser protegido — passa a ser o risco.”



Perguntas que Exigem

Resposta

- Quais os critérios técnicos que definiram os vencedores dos concursos entre 2015 e 2023? Houve pareceres independentes?
- Qual foi o valor real pago pelo Estado por equipamento de proteção individual comparado com preço de mercado internacional?
- Quantos fornecedores participaram dos processos e quantos foram excluídos por exigências técnicas sob suspeita de favorecimento?
- Que mecanismos de auditoria e fiscalização existiam no momento das contratações — foram cumpridos?
- Em que medida os atrasos ou falhas no fornecimento contribuíram para fragilizar a capacidade de intervenção em incêndios reais?



O Estado que Se Serve antes de Servir

Os fogos consomem montanhas — e consomem orçamentos. Mas não deveriam consumir a confiança dos cidadãos. Quando o Estado compra, mas não previne; quando equipa, mas não verifica; quando contrata, mas não controla — é o Estado que se serve, e não o cidadão que é servido.

Portugal continuou a tropeçar enquanto ainda ouve promessas de “mais meios” e “melhores mecanismos”. Mas os mecanismos falharam — e agora as chamadas sobem, as investigações chegam e as perguntas surgem.




O Tempo da Verdade

As buscas de hoje são mais do que diligências policiais: são um aviso. Um aviso de que a impunidade não é eterna. Se o Estado quer voltar a ser o que promete — não o que mora no seu palco — terá de responder com transparência, rigor e consequências reais.

“A emergência não pode depender de precários contratos. A verdade não pode esperar pela próxima estação de incêndios.”

Série: Contra o Teatro da Mediocridade

Artigo autoria de  **Francisco Gonçalves**

  Fragmentos do Caos



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)